



Empresários da construção alegam que o Plano Piloto "está engessado" e defendem que o seu projeto original seja alterado, permitindo edificações residenciais com mais de 6 andares

Concepção de Brasília está ameaçada

Empresários e comerciantes criticam manutenção de projeto original do Plano Piloto e defendem expansão das construções

MARIA EUGÊNIA MOREIRA

Brasília, "cidade aérea e rodoviária, cidade-parque. Sonho arquitetônico de um de seus criadores, o arquiteto Lúcio Costa, está ameaçada. As cintas arborizadas envolvendo as superquadras e o padrão das construções residenciais — niveladas em seis andares para garantir intimidade, erguidas sob pilotis, com vãos livres para permitir o trânsito de pedestres — vêm recebendo duras críticas.

Empresários do ramo da construção civil, comerciantes e alguns moradores não medem as palavras ao afirmar que a cidade está "engessada", "sufocada", "presa em uma camisa de força". É assim que justificam a necessidade de se criar estacionamentos nos fundos das comerciais, encher a cidade de arranha-céus, construir garagens sob os gramados, levantar edifícios entre as mansões dos Lagos Sul e Norte e esticar bares e residências por áreas públicas.

Para estas pessoas, o tombamento do Plano Piloto de Brasília é a maior barreira. Ele garante a preservação do projeto de Lúcio Costa, elaborado em 1957, em duas

instâncias: pelo governo local, em 1987, e pelo Governo Federal, em 1990. O tombamento, realizado pelo ex-governador José Aparecido, valeu a Brasília sua inscrição, pela Unesco, em 1987, na lista do Patrimônio Mundial. A área sob proteção é a maior do mundo enquanto sítio urbano tombado.

Excepcional — Quando se discute a validade do tombamento, se discute o valor excepcional do bem, de interesse universal, cujo desaparecimento se constituiria em enorme perda para toda a humanidade. A explicação é da diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Célia Corsino, órgão que zela pela conservação, em todo o País e de modo permanente, do tombamento, do enriquecimento e do conhecimento do patrimônio nacional.

O Plano Piloto de Brasília está reconhecido pela comunidade internacional da mesma forma que a Praça Vermelha, em Moscou, o Palácio de Versailles, na França, a Estátua da Liberdade, nos EUA, e as pirâmides do Egito. Qualquer alteração que descaracterize a idéia original do projeto pode fazer com que a Unesco retire a cidade da lista

do Patrimônio Mundial. "Seria uma vergonha, um atestado de incompetência de todo o povo brasileiro, que passaria como incapaz de cuidar de seus tesouros", ressalta Gorsino.

Calxotes — Eleito deputado federal pelo Distrito Federal nas últimas eleições, o empresário Wigberto Tartuce é um dos que defendem a revisão do planejamento de Brasília. "A construção desses edifícios de seis pavimentos, parecendo calxotes, foi uma verdadeira burrice de quem os projetou", critica. Tartuce reconhece que o tombamento "é irreversível", mas lamenta a falta de liberdade arquitetônica, o alto custo das construções e as limitações impostas pelas normas.

Aos 92 anos de idade, o arquiteto Lúcio Costa se considera lúcido para mandar um recado àqueles que desmerecem o seu projeto: "É uma idéia extravagante mudar as características de Brasília se o mundo inteiro as reconhece como excepcionais. Seria uma tolice". O Sindicato dos Arquitetos nega que o projeto de Brasília limite as opções arquitetônicas e considera o tombamento perfeitamente compatível com novas formas de ocupação.

Cristovam defende só pequenos ajustes

O compromisso assumido pelo governador eleito, Cristovam Buarque, de assegurar, durante o seu mandato, o tombamento de Brasília, acalmou os defensores do projeto urbanístico do Plano Piloto. Cristovam tem mostrado sua preocupação com a questão e se declara contra a "verticalização" da cidade. "Temos um compromisso com o mundo", explica. Mas não esconde que vai propor pequenos ajustes para adequar a cidade à sua realidade.

O governador eleito quer, por exemplo, construir pracinhas e distribuir bancos nos gramados da Esplanada dos Ministérios. "Para as pessoas possam se reunir, sentar e conversar ali", justifica. Promete, ainda, analisar a ampliação da área cultural da cidade e a criação de organismos nacionais de cultura que resgatem as memórias de Brasília e do Brasil.

Apóiam o governador eleito, o deputado distrital reeleito, Wasny de Roure (PT) e o empresário eleito para a Câmara Legislativa Luiz Estevão (PP). "Quem não estiver satisfeito com Brasília, que procure outras áreas do País para investir e construir", afirma o proprietário do Grupo OK. (M.E.M.).

Arquivo



A concepção horizontal da cidade é patrimônio mundial

Unesco ressalta "selo de garantia"

Para a Unesco, órgão das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, estar inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade é receber um "selo de garantia", "um prêmio Nobel". A entidade reconhece a importância da cidade como um marco na história brasileira e do mundo, já que envolveu pioneiros e criadores na construção de um grande sonho. "Brasília é única. Ela difere das grandes metrópoles, que são comuns e se confundem", justifica Biane Bicca, assessora para Assuntos de Cultura da Unesco.

Pleitear a inscrição não é tarefa fácil. É preciso preparar um volumoso dossiê com todas as informações sobre a cidade e o seu valor para a história do mundo. O documento passa por uma rigorosa análise no Comitê do Patrimônio Mundial e só é aprovado se ficar reconhecido que a própria população valoriza o que tem, através do

tombamento.

A Unesco exige a preservação das características originais e caso profundas alterações sejam feitas, a entidade caça a inscrição. "Nós não temos a ingerência na questão do tombamento, mas temos o poder de caçar a inscrição na lista do Patrimônio Mundial quando percebermos que a comunidade não dá valor àquele bem", explica Briane. Anualmente, equipes monitoras fiscalizam as áreas inscritas na lista do Patrimônio Mundial.

Recursos — O representante da Unesco no Brasil, Miguel Angel Enriquez, explica que a entidade da qual faz parte não é um banco, mas que consegue, junto à comunidade internacional, obter recursos para ajudar na preservação das cidades Patrimônio Mundial. Em maio deste ano, a Unesco fez uma doação de US\$ 100 mil para os centros históricos de Salvador, Olinda, Ouro Preto e Brasília. (MEM).

Tombamento deixa a cidade protegida

O tombamento é um conjunto de ações realizadas pelo Estado para garantir a conservação e a proteção de bens imóveis e móveis de relevante interesse público, por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Qualquer pessoa pode solicitar o tombamento, desde que fique comprovado, pelos órgãos competentes, o valor daquele bem.

O tombamento não altera a propriedade do bem. Apenas proíbe que ele seja demolido, destruído ou mutilado. Brasília está tombada pelo Decreto nº 10.829, de 14/10/87, através do qual o governo do DF regulamentou o art. 38 da Lei nº 3.751, editada em 1960 e considerada a primeira Lei Orgânica do DF. Em nível federal, o tombamento se fez em 14/03/90, regulado pelo Decreto Lei nº 25. Em dezembro de 87, uma resolução da Unesco determinou a sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial.

A área tombada é de 5.400 quilômetros quadrados, sendo delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal. A preservação desta área, que inclui o Cruzeiro e a Candangolândia, é responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto de Planejamento Territorial do DF.

Estes órgãos devem estar atentos à manutenção das características do Plano Piloto de Brasília, do arquiteto Lúcio Costa, que através de quatro escalas distintas traduziu a sua concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária (forma como foi concebido o centro de Brasília) e a bucólica (cidade-parque).

Pelo tombamento, invasões em áreas públicas e cercamento de edifícios, impedindo o trânsito livre de pedestres, a eliminação das áreas verdes e a destinação para outros fins dos setores criados por Lúcio Costa estão proibidos. "Quando são pequenos detalhes que não comprometem o plano e a qualidade de vida dos habitantes, não existe nenhum tipo de problema em aprová-los", explica Célia Corsino, do Iphan. (E.M)

Plano Piloto enfrenta carências

Projetado para abrigar uma população de 500 mil pessoas, o Plano Piloto conta hoje com cerca de 300 mil moradores e ainda não está todo construído. Os órgãos de proteção, como o Iphan e o Instituto de Planejamento Territorial do DF (IPDF) concordam que muitos dos serviços previstos no projeto original, como rede de esgoto, estação de tratamento de água e estacionamentos, já se mostram insuficientes.

Mas sabem que é preciso um controle na hora de adequar o Plano Piloto a sua nova realidade, para que Brasília não perca as suas características essenciais e a excepcional qualidade de vida da população. O tombamento de Brasília é considerado atípico, pois foi feito em sua totalidade. "Ele não se preocupa com as cores das casas ou com a troca de uma porta, mas sim com graves mudanças de gabarito, com a extinção de áreas verdes, porque isso altera o projeto original", explica Carlos Magalhães, ex-diretor do Iphan e membro da Fundação Oscar Niemeyer.

Quem cuidava da aprovação de projetos e alterações no Plano Piloto até 92 era o Cauma (Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente), que deu lugar ao Conplan (Conselho de Planejamento). Numa rápida avaliação, Eliana Porto, diretora do IPDF, explica que precisa de mais autonomia para restringir a atuação dos especuladores e tucões imobiliários.

Ana Cláudia Alves, técnica do Iphan, acusa o GDF de tomar medidas de gabinete que nem sempre são favoráveis à cidade, que só chegam para Iphan quando estão tomadas. "Aí quem pouso de vilão na história somos nós", reclama.

De acordo com a técnica, as secretarias de governo do DF estão desarticuladas e a Terracap vem realizando um número exagerado de licitações, alterando a destinação de várias áreas, como a dos clubes de vizinhança, que terminam dando espaço a igrejas. "É um conflito permanente, porque existe muito clientelismo e troca de favores que influenciam certas decisões tomadas pelo governo local", acusa.